



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

**VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS
SOCIAIS VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**(O Trabalho Não Pago das Mulheres nas Famílias e a Organização
Social dos Cuidados.)**

**Ser mulher, mãe e migrante: entre a prática da resistência e
os desafios para as políticas públicas**

Thamiris Pereira de Oliveira¹
Luara Ferreira de Souza Quadros²

Resumo: Este estudo integra o projeto “Entre Flores, Espelhos e Faces Desiguais: a dialética da força feminina nos deslocamentos humanos” e apresenta resultados de pesquisa realizada em 2025 com mulheres migrantes e refugiadas acolhidas em Campo Grande/MS. Objetivou compreender como a maternidade e o vínculo materno se constituem como formas de resistência em contextos de desigualdade social. De abordagem qualitativa participante, fundamentou-se no materialismo sócio-histórico e no feminismo marxista. Os resultados evidenciam as dinâmicas do trabalho de cuidado, os papéis de gênero e as reorganizações familiares no processo migratório, compreendendo a maternidade como construção social atravessada por classe, gênero, raça e território.

Palavras-chave: Mulheres Migrantes e Refugiadas; Maternidade; Desigualdade Social; Resistências.

Abstract: This study is part of the project “Between Flowers, Mirrors and Unequal Faces: the dialectic of female strength in human displacement” and presents research results from 2025 with migrant and refugee women sheltered in Campo Grande/MS. It aimed to understand how motherhood and the maternal bond constitute forms of resistance in contexts of social inequality. Using a qualitative participatory approach, it was grounded in socio-historical materialism and Marxist feminism. The results highlight the dynamics of care work, gender roles, and family reorganizations in the migratory process, understanding motherhood as a social construct traversed by class, gender, race, and territory.

Keywords: Migrant and Refugee Women; Motherhood; Social Inequality; Resistance.

¹ Acadêmica do 9º semestre de psicologia da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Bolsista pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) no Programa de Iniciação Científica da UCDB. E-mail: thamirispoliveira067@gmail.com

² Psicóloga, Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI/UCDB) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: luaraferreira.s@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

Os movimentos migratórios e de refúgio na contemporaneidade apresentam múltiplas facetas e configuram-se como expressões das dinâmicas do sistema capitalista que, em meio a crises globais e profundas desigualdades estruturais, promove a exclusão de populações vulnerabilizadas de seus territórios de origem (Almeida, 2017). Nesse contexto, o deslocamento deixa de ser apenas um direito formal e passa a constituir uma necessidade concreta para milhões de pessoas, consolidando-se como um fenômeno social em expansão, cujo volume praticamente dobrou na última década (Marques; Souza, 2021).

De acordo com o último relatório do Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA, 2025), os deslocamentos humanos têm adquirido novos formatos e novas configurações. Dessa forma, observa-se a intensificação dos fluxos migratórios entre países do hemisfério Sul, configurando o que se denomina migração Sul–Sul, em contraste com a dinâmica predominante até o final do século passado. Tal reconfiguração é marcada pelo protagonismo de pessoas oriundas de países como Venezuela, Cuba, Haiti e Angola. (Junger da Silva; Cavalcanti; Oliveira, 2025).

Nesse cenário, a composição dos fluxos migratórios tem passado por mudanças significativas, a participação cada vez maior de mulheres, já representa quase metade dos deslocamentos populacionais no mundo (Carissimi *et al.*, 2024). As trajetórias migratórias femininas são atravessadas por múltiplas vulnerabilidades, expressas na insegurança socioeconômica, na dificuldade de acesso ao trabalho formal, à renda, à saúde e às políticas de proteção social. Tais condições não apenas condicionam o deslocamento, mas incidem diretamente sobre os processos de inserção social e de permanência no país de acolhimento, aprofundando desigualdades já existentes e produzindo formas específicas de precarização da vida

Segundo Assis (2007), nas ciências a migração feminina foi historicamente interpretada de forma secundária, restrita ao acompanhamento de figuras masculinas, o que contribuiu para a invisibilização das mulheres enquanto indivíduos ativas dos processos migratórios. No entanto, essa compreensão revela-se insuficiente diante das dinâmicas contemporâneas, nas quais inúmeras mulheres realizam travessias a pé, sozinhas e/ou acompanhadas de seus filhos, assumindo o protagonismo de seus deslocamentos e a condução de estratégias de sobrevivência e reprodução da vida em contextos marcados pela precarização e pela violência estrutural (Almeida; Maia, 2025). Tal cenário evidencia a feminização das migrações, não apenas em termos quantitativos, mas sobretudo qualitativos, ao explicitar a centralidade do trabalho reprodutivo, do cuidado e da resistência feminina nos fluxos migratórios atuais.

Para muitas mulheres, a migração constitui-se como uma estratégia de sobrevivência



para si e para suas famílias. Conforme Almeida e Maia (2025), torna-se fundamental analisar a inserção dessas mulheres nos processos migratórios a partir da articulação entre gênero e classe social. Nessa perspectiva, Federici (2023) evidencia que o capitalismo se sustenta por meio da exploração do trabalho reprodutivo feminino, responsável pela renovação da força de trabalho, o que faz com que mulheres migrantes paguem um alto preço ao vivenciarem múltiplas formas de discriminação atravessadas por gênero, classe e raça. Tal condição as expõe à estigmatização e à inserção em relações laborais precarizadas, terceirizadas e flexibilizadas, em busca de subsistência e dignidade.

Diante desse cenário, torna-se fundamental conferir protagonismo às trajetórias e vivências das mulheres migrantes na formulação de políticas públicas, considerando a escassez de estudos voltados a essa temática (Oliveira, 2020). Conforme destaca Simões (2019), a implementação de políticas sociais específicas para essa população deve contemplar, inclusive, as experiências maternas e as demandas de seus filhos e filhas. Nesse sentido, a produção de conhecimentos sobre os deslocamentos de mulheres, especialmente mães migrantes, é essencial para subsidiar políticas públicas voltadas ao acolhimento, à garantia de direitos humanos e ao acesso a serviços básicos, como saúde, educação, trabalho e moradia.

O estudo apresentado a seguir foi desenvolvido em uma casa de acolhimento a pessoas migrantes e refugiadas na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, a partir de uma abordagem metodológica qualitativa e participativa, pautada na teoria sócio-histórica e no feminismo marxista, e operacionalizada por meio da realização de rodas de conversa e oficinas de atividades artísticas. Nesse contexto, este estudo é resultado de um plano de trabalho vinculado ao projeto de pesquisa *“Entre Flores, Espelhos e Faces Desiguais: a dialética da força feminina nos deslocamentos humanos”* e apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida no ano de 2025, realizada com mulheres migrantes e refugiadas acolhidas em uma instituição localizada na cidade de Campo Grande. O objetivo desta investigação foi compreender de que modo a maternidade e o vínculo materno se constituem como formas de resistência nas vivências de mulheres migrantes e refugiadas inseridas em contextos de desigualdade social.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Contextos, desafios e estratégias de enfrentamentos de mulheres migrantes na contemporaneidade

Ao longo da história, a participação das mulheres nos fluxos migratórios foi sistematicamente ocultada. As mulheres migrantes raramente foram reconhecidas como pessoas ativas do processo migratório, sendo, em geral, tratadas apenas como



acompanhantes de homens ou parceiros, aos quais se atribuía o lugar central da migração (Dornelas; Ribeiro, 2018). A compreensão tradicional, sustentada por ideias de que homens possuíam maior disposição para enfrentar riscos, enquanto às mulheres caberia o papel de cuidar da comunidade e manter a estabilidade social, contribuiu para a marginalização da participação feminina e para a negação do reconhecimento de seu trabalho e protagonismo nos processos migratórios (Assis, 2007).

Nesse sentido, tem-se observado que a composição dos fluxos migratórios tem passado por mudanças significativas, a participação cada vez maior de mulheres, já representa quase metade dos deslocamentos populacionais no mundo, o que evidencia a chamada feminização das migrações (Carissimi *et al.*, 2024). Esse conceito é utilizado para se referir não a uma quantidade maior de mulheres em relação aos homens, mas a um crescimento significativo do número de mulheres que passaram a migrar em comparação ao passado. No qual revela, cada vez mais, o envolvimento delas nos deslocamentos nacionais e internacionais e os impactos desse movimento tanto na esfera doméstica quanto na pública (Oliveira, 2020).

Dessa forma, a feminização da migração pode ser entendida tanto como o crescimento quantitativo de mulheres em movimento, quanto como a redefinição das abordagens analíticas do fenômeno migratório a partir da incorporação da perspectiva de gênero, ou ainda como a alteração do próprio perfil das mulheres que migram (Marinucci, 2007). Assim esse fenômeno compreende também à forma como elas migram, por que migram e sob quais condições (Almeida; Carissimi, 2024).

As migrações femininas no sul global são caracterizadas frequentemente por deslocamentos de longos percursos realizados a pé, sozinhas, acompanhadas de outras mulheres, por seus companheiros ou ainda somente por seus filhos. Segundo Almeida e Maia (2025), essas mulheres transitam de um lugar para outro, de cidade em cidade, até atingirem um destino final. Dessa maneira, quando possuem uma rede de apoio, como amigos ou parentes residentes no Brasil, costumam se abrigar junto a esses contatos, que geralmente representam o destino final. Já aquelas que não dispõem dessas redes seguem deslocando-se entre locais até conseguirem se estabelecer de forma efetiva (Almeida; Maia, 2025).

Compreende-se que é preciso reconhecer que, de maneira desigual, as mulheres migrantes acabam exercendo funções socialmente impostas e naturalizadas, como a maternidade. Não é incomum ver gestantes ou mães solo realizando trajetos migratórios de forma autônoma, em busca de melhores condições para si e para seus filhos. Ao longo desse trajeto, essas mulheres deparam-se com diversos desafios e perigos, como a insegurança quanto ao que as aguarda, a carência de recursos financeiros e o afastamento de parentes e amigos, o que revela sua determinação e resistência (Quadros, 2025).



Segundo Oliveira (2016), as mulheres migrantes e refugiadas inserem-se em distintos segmentos do mercado de trabalho, com maior concentração em atividades marcadas pela precarização, como o serviço doméstico. Além disso, ocupam postos temporários na agricultura, atuam na prestação de serviços sexuais e desempenham funções vinculadas ao cuidado de idosos e crianças. A exploração manifesta-se, entre outros aspectos, nas transformações da lógica laboral, que passam a submeter essas mulheres a vínculos temporários e rotativos, desprovidos de garantias e de segurança trabalhista.

Ser mulher migrante e/ou refugiada implica estar atravessada por condições de trabalho precarizadas, em sua maioria informais, somadas às vulnerabilidades inerentes à condição migratória, como limitações econômicas, dificuldades de acesso a direitos, barreiras linguísticas e a fragilização ou ausência de vínculos sociais no país de destino. Nesse contexto, a experiência de ser mulher e migrante é ainda intensificada por processos de discriminação e racismo associados ao país de origem (Almeida; Maia, 2025).

Diante disso, torna-se fundamental compreender as relações de gênero no contexto migratório de forma articulada às dimensões de raça/etnia e classe social. Conforme nos aponta Saffioti (2004), para autora, o gênero constitui uma estrutura social indissociável da classe e da raça/etnia, operando conjuntamente na produção e reprodução das desigualdades.

Para Davis (2016), essa articulação, nomeada como interseccionalidade, manifesta-se no contexto migratório por meio das vivências de múltiplas formas de opressão como racismo, classismo e sexismo que não atuam de maneira isolada, mas interligada e mutuamente constitutiva. Dessa forma, os sistemas de dominação não incidem sobre os indivíduos a partir de um único marcador social, mas operam de maneira combinada, produzindo e reproduzindo desigualdades específicas que afetam, por exemplo, pessoas simultaneamente negras e pobres, ao mesmo tempo em que privilegiam aquelas que ocupam posições sociais marcadas pela branquitude e pelo gênero masculino.

Nessa perspectiva, conforme problematiza Cisne (2020), não se trata da mera soma das categorias de gênero, classe e raça/etnia, mas da compreensão de uma realidade social constituída pela articulação indissociável entre essas dimensões, tal como se expressa nas vivências concretas das mulheres migrantes. Essas articulações incidem de modo particular sobre as experiências de maternidade, uma vez que as responsabilidades pelo cuidado e pela reprodução da vida recaem de forma desigual sobre mulheres que, além de migrantes, são atravessadas por condições de pobreza, racialização e exclusão social.

Segundo Saffioti (2004), gênero, classe e raça/etnia formam um “nó” no qual essas dimensões se apresentam fundidas e interdependentes, devendo ser analisadas de maneira conjunta. Ainda que, em determinados contextos, uma dessas dimensões possa se sobressair, tal predominância não elimina as demais, mas evidencia como as desigualdades



estruturais se intensificam no cotidiano de mulheres migrantes, especialmente mães, ao moldar suas estratégias de sobrevivência, cuidado e resistência nos territórios de acolhimento.

2.2. Maternidade como prática política de resistência

Segundo Moura e Araújo (2004), o lugar da mulher na família passou por uma significativa redefinição ao longo do tempo, sobretudo nos últimos 100 anos. Os autores destacam que com a consolidação da família patriarcal burguesa, intensificou-se a naturalização dos vínculos físicos e emocionais entre mães e filhos, fortalecendo a noção de maternidade ideal e, ao mesmo tempo, estigmatizando aquelas que não se enquadram nesses padrões.

Nessa direção, no livro *Teoria feminista: da margem ao centro*, a autora bell hooks (2019), retrata que a maternidade é um trabalho valioso para a sociedade, mas sua romantização é um problema, assim como sua desvalorização. Portanto, é importante olhar para essa atividade dentro do contexto feminista em que há uma busca para repensar a natureza da maternidade, enxergando-a “nem como uma experiência obrigatória para as mulheres, nem uma experiência exploradora ou opressiva, para tornar a parentalidade feminina eficaz, seja ela feita exclusivamente por mulheres ou em conjunto com homens” (Hooks, 2019, p.136).

Na perspectiva do materialismo sócio-histórico e do feminismo marxista, entende-se que a maternidade, longe de ser uma experiência universal e biologicamente determinada, é uma construção social e histórica, atravessada por relações de classe, gênero, raça e território (Saffioti, 2004). Nesse sentido, torna-se necessário compreender como a migração afeta os processos subjetivos de mulheres mães e reconhecer como as concepções e sentimentos associados à maternidade são atravessados por normas sociais e relações de poder que definem o que seria uma “boa mãe” (Dornelas, 2022).

Nesse contexto, Dornelas (2020), a partir de pesquisa realizada com mulheres migrantes de diferentes países da América Latina, evidencia que sentimentos de vergonha, desesperança e culpa são recorrentes nas experiências dessas mulheres, especialmente no que se refere à necessidade do deslocamento. Tais sentimentos estão ancorados em construções sociais e normas morais que definem e regulam os papéis maternos, atribuindo às mulheres a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado e pela presença constante junto aos filhos. Ademais, essas mulheres enfrentam pressões sociais tanto nos países de origem quanto nos de destino, seja pelo julgamento relacionado à criação dos filhos distante da família ampliada, seja pelas expectativas em torno de uma migração considerada “bem-sucedida”, frequentemente associada ao envio regular de recursos financeiros para os



familiares que permaneceram no país de origem (Dornelas, 2020).

Federici (2019) e Saffioti (2004) descrevem que a função social da maternidade no capitalismo é inseparável da divisão sexual do trabalho, sendo o trabalho reprodutivo: físico, emocional e simbólico, uma das bases invisibilizadas da acumulação de capital. No entanto, ao mesmo tempo em que o sistema patriarcal e capitalista explora a maternidade como função produtiva não remunerada, as mulheres também mobilizam esse papel de cuidadoras como instrumento de luta, proteção e sobrevivência, construindo laços de solidariedade e práticas coletivas de cuidado.

De acordo com Federici (2019), ao evidenciar a exploração historicamente invisibilizada do trabalho reprodutivo das mulheres e a centralidade do patriarcado na sustentação do capitalismo, torna-se possível compreender a maternidade como uma dimensão que, quando desnaturalizada e politizada, pode se transformar em ferramenta de luta de classes. Tal compreensão permite deslocar a maternidade do campo exclusivo do privado para o âmbito das relações sociais e políticas, revelando seu potencial crítico frente às formas de exploração e expropriação da vida. Nessa mesma direção, Saffioti (2004) ressalta que a violência e as desigualdades de gênero se renovam e se reproduzem no interior das estruturas capitalistas, não podendo ser enfrentadas por meio de soluções individuais ou moralizantes, mas a partir de um projeto coletivo de transformação social.

No contexto das migrações, essa perspectiva possibilita compreender a maternidade exercida por mulheres migrantes e refugiadas não apenas como fonte de sofrimento e sobrecarga, mas também como espaço de elaboração de estratégias de sobrevivência, cuidado e resistência frente às múltiplas opressões que atravessam suas trajetórias.

Por isso, o vínculo materno, nesse cenário, não pode ser reduzido a uma experiência privada ou naturalizada, mas compreendida como uma prática social e política de resistência cotidiana, sustentada pela urgência de garantir condições mínimas de vida, proteção e dignidade aos filhos (Quadros, 2025). Desse modo, considera-se que, conforme aponta bell hooks (2021), o amor é um ato político que engloba o cuidado consigo mesmo e o próximo, pensando nele como algo transformador e revolucionário. Portanto, o cuidado com os filhos, diante da negligência ou omissão do Estado, torna-se uma forma de luta contra as desigualdades estruturais.

Ao ressignificar o amor para além do amor romântico, hooks (2021) aborda a perspectiva de amor como uma estratégia de (re)existência no processo de resgate e reafirmação das suas identidades. Desse modo, o vínculo materno, atua como operador de resistência e como caminho possível para a elaboração de uma consciência de classe, forjada nas contradições vividas por essas mulheres em contextos de exploração e desamparo (Quadros 2025).

À medida que essas mulheres passam a identificar as condições sociais e econômicas



que atravessam suas existências (precariedade no trabalho, ausência de políticas públicas, racismo, xenofobia e sexismo), começam também a compreender que suas experiências individuais são, na verdade, reflexo de determinantes estruturais. Esse processo de elaboração crítica da própria realidade, a partir das vivências da maternidade, ativa o potencial de organização coletiva e de transformação social (Quadros, 2025).

Ao se apropriarem dos afetos que as fortalecem (como a solidariedade entre mulheres, a esperança e o cuidado mútuo), elas resistem não apenas por si mesmas, mas também por seus filhos e por outras mulheres que compartilham realidades semelhantes. Assim, o vínculo materno se torna não apenas um espaço de afeto, mas também um território de formação política, no qual se forjam saberes, resistências e práticas de enfrentamento às múltiplas formas de opressão.

Portanto, compreender o vínculo materno como prática de resistência é também reconhecer a maternidade como um ato político, capaz de mobilizar afetos ativos, fortalecer a autonomia e criar espaços de emancipação mesmo em contextos de profunda precariedade. É nesse entrelaçamento entre afetos, maternidade e luta de classes que se delineia uma potência transformadora: a das mulheres migrantes e refugiadas que, ao cuidarem de seus filhos, também cuidam do futuro e enfrentam, cotidianamente, as estruturas que as oprimem.

2.3. Vivências, maternidade e resistências de mulheres migrantes latino-americanas em uma instituição de acolhimento

Este tópico apresenta os resultados obtidos a partir do resultado de um plano de trabalho vinculado ao projeto de pesquisa *“Entre Flores, Espelhos e Faces Desiguais: a dialética da força feminina nos deslocamentos humanos”*. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida com a atuação de docentes, doutorandos, mestrandos e alunos da graduação em psicologia em uma casa de acolhimento e passagem na cidade de Campo Grande/MS com mulheres, crianças e adolescentes migrantes e refugiados.

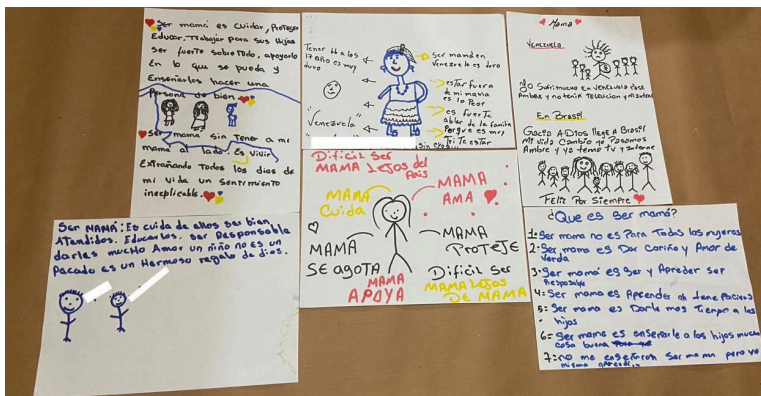
O trabalho segue uma metodologia participativa com, a qual envolve a colaboração entre pesquisadores e participantes da pesquisa de forma dialógica, construindo relações de confiança e facilitando o compartilhamento de recursos e habilidades, tornando o processo de pesquisa mais enriquecedor diante da possibilidade de conhecer e intervir na realidade social (Faermann, 2014).

As atividades com as participantes da pesquisa foram realizadas através de rodas de conversa durante o ano de 2025, e utilizou o desenho livre como recurso metodológico complementar, atuando como mediação sensível no processo de escuta. A arte, nesse contexto, permitiu o acesso a memórias e afetos muitas vezes difíceis de serem expressos verbalmente, ampliando as possibilidades de compreensão das experiências subjetivas das



participantes (Zanella *et al.*, 2005). Conforme a teoria sócio-histórica, a criação artística não apenas expressa emoções, mas reorganiza e ressignifica a realidade emocional, possibilitando novas formas de narrar e elaborar a experiência vivida (Magiolino; Silva; Maheirie, 2024).

Figura 1 – Desenhos produzidos por mulheres migrantes em roda de conversa temática (Migração, maternidade e reprodução social do cuidado)



Fonte: Arquivo das autoras (2025).

Nesse contexto, a construção do conhecimento foi fundamentada nos registros de diários de campo elaborados pela pesquisadora, reconhecendo as mudanças e o desligamento frequentes das mulheres na instituição de acolhimento. Esses registros documentaram minuciosamente as atividades realizadas durante as atividades, contribuindo para a riqueza e a precisão da análise.

As rodas de conversa contaram com a participação de 20 a 25 mulheres migrantes ao longo do ano de 2025, sendo a maioria de nacionalidade venezuelana, incluindo mães, avós e filhas. A faixa etária variou entre 18 e 50 anos, o que possibilitou a presença de diferentes trajetórias geracionais e experiências migratórias. Os encontros ocorreram às sextas-feiras, no período da manhã, em espaço cedido pela instituição de acolhimento, configurando-se como um momento coletivo de escuta, partilha e elaboração das vivências.

Antes do início das atividades, eram apresentados os objetivos da pesquisa, esclarecendo-se sua finalidade, procedimentos e possíveis desdobramentos. Em seguida, realizava-se a leitura e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando o caráter ético, voluntário e informado da participação.

As participantes eram mulheres migrantes e refugiadas acolhidas em uma instituição de passagem destinada a pessoas em situação de vulnerabilidade, localizada em Campo Grande/MS. Muitas encontravam-se em acolhimento recente, vivenciando processos de reorganização da vida em território brasileiro. Dependiam diretamente dos serviços ofertados pela instituição, tais como alimentação diária, hospedagem temporária, apoio para



regularização documental (CPF, protocolo de refúgio e carteira de trabalho), encaminhamentos para serviços de saúde e educação, além de acompanhamento psicossocial e orientação para inserção no mercado de trabalho. Esse contexto evidenciava a centralidade da instituição como espaço de suporte material e simbólico no processo de reconstrução de suas trajetórias.

Considerando a diversidade e o volume de materiais produzidos ao longo da pesquisa, este artigo delimitou sua análise a uma roda de conversa específica, selecionada por sintetizar de modo mais expressivo as questões centrais debatidas no estudo. O encontro teve como temática a narrativa “Migração, maternidade e reprodução social do cuidado”, com o objetivo de compreender como a experiência da maternidade, atravessada pela migração, tornava visíveis as dinâmicas de gênero e trabalho que organizavam a vida dessas mulheres, evidenciando a sobrecarga feminina como expressão de desigualdades socialmente produzidas.

Na atividade desenvolvida durante essa roda de conversa, foi recorrente a discussão sobre os motivos que impulsionaram o deslocamento das mulheres de seus países de origem. A maioria das participantes relatou que a migração foi compreendida como uma possibilidade de melhoria das condições de vida e de inserção social, especialmente associada à geração de renda e ao envio de remessas financeiras aos familiares que permaneceram no país de origem. Nesse sentido, a migração configurou-se como uma prática de cuidado e responsabilidade exercida mesmo à distância. Além disso, quando esse tema emergiu nas discussões, foi frequente a manifestação do desejo de auxiliar outros familiares a migrar para o Brasil, evidenciando a centralidade dos vínculos familiares e das redes de solidariedade nas decisões e trajetórias migratórias.

As narrativas também revelaram que o projeto migratório não se constituía como decisão estritamente individual, mas como estratégia coletiva de sobrevivência e reorganização familiar. A responsabilidade pelo sustento, pela proteção e pela continuidade da vida aparecia fortemente associada às mulheres, reafirmando a divisão sexual do trabalho e a naturalização do cuidado como atribuição feminina. Assim, o deslocamento territorial articulava-se à reprodução social do cuidado, na medida em que essas mulheres assumiam a tarefa de garantir condições materiais de existência para seus familiares, ainda que isso implicasse sobrecarga, distanciamento afetivo e precarização de suas próprias condições de vida no país de destino.

Diante disso, observou-se a recorrência do sofrimento entre essas mulheres, especialmente entre aquelas que são mães e que realizaram o processo migratório desacompanhadas de seus filhos. Tal sofrimento manifesta-se, sobretudo, na preocupação constante com as crianças que permaneceram no país de origem, evidenciando os efeitos afetivos e emocionais da separação familiar.



Nesse sentido, destacamos o relato de uma mulher venezuelana que migrou recentemente para o Brasil com o marido e um de seus filhos, conforme registrado em diário de campo. Ao narrar sua trajetória, ela expressou preocupação constante com o filho que permanecera sob os cuidados dos avós em seu país de origem, emocionando-se ao mencionar a criança. Relatou que o pensamento recorrente sobre o filho e a distância imposta pelo processo migratório geravam uma angústia persistente, repercutindo inclusive em seu descanso e bem-estar cotidiano.

Em determinado momento do encontro, ainda segundo registro em diário de campo, a participante afirmou que sua filha possuía uma condição grave de saúde e que, por essa razão, já havia enviado recursos financeiros ao país de origem para custear o tratamento. O relato evidenciou como a migração, ao mesmo tempo em que se apresentava como estratégia de garantia de sobrevivência, também produzia sofrimento psíquico, marcado pela tensão entre a necessidade de prover materialmente e a impossibilidade de exercer o cuidado de forma presencial.

O relato mencionado exemplificou a chamada maternidade transnacional, na qual o cuidado materno é mantido apesar da separação geográfica, assumindo novas formas de presença por meio do envio de remessas financeiras, presentes e da comunicação mediada por tecnologias acessíveis (Carpenedo; Nardi, 2017). Mesmo à distância, essas mulheres permaneceram exercendo funções de provedoras e cuidadoras, evidenciando que a decisão de migrar não se configurava como escolha estritamente individual, mas como estratégia atravessada pelo compromisso de assegurar melhores condições de vida aos filhos.

Tal experiência pôde ser compreendida à luz da teoria da reprodução social, que destaca como o trabalho de cuidado, embora indispensável à sustentação da vida, é historicamente desvalorizado e socialmente atribuído às mulheres (Federici, 2019; Fraser, 2016). No contexto migratório, esse trabalho não se interrompia com a separação física; ao contrário, era reconfigurado em escala transnacional, mantendo-se por meio do suporte financeiro, dos vínculos afetivos mediados por tecnologias e da responsabilidade contínua pelo bem-estar dos filhos que permaneciam no país de origem.

Nesse sentido, a maternidade transnacional representa a reconfiguração/(re)significação das práticas de cuidado, que passam a ser atravessadas por sentimentos de culpa, sofrimento e vigilância permanente sobre a vida dos filhos.

Assim, o sofrimento relatado pelas mulheres migrantes, especialmente pelas mães distanciadas de seus filhos, não pode ser compreendido apenas como uma experiência individual ou emocional, mas como expressão das contradições estruturais do capitalismo, que exige a mobilidade da força de trabalho feminina ao mesmo tempo em que mantém sobre essas mulheres a responsabilidade quase exclusiva pela reprodução da vida. A angústia vivenciada, portanto, revela os limites de um sistema que se sustenta na



exploração do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, inclusive quando este é exercido à distância, em contextos de precariedade, desigualdade e ausência de políticas públicas de cuidado.

Na casa de acolhimento e passagem, observou-se que muitas mulheres migrantes enfrentam dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, em razão da sobrecarga associada ao exercício da maternidade solo. Essa dinâmica se configura na medida em que a inserção laboral das mulheres encontra-se condicionada, simultaneamente, à regularização documental de seus filhos e à disponibilidade de vagas em creches e/ou instituições escolares.

Além disso, mesmo quando tais condições são parcialmente atendidas, a legislação municipal impõe limites à jornada de trabalho, restringindo-a, em geral, ao regime de meio período. Esse conjunto de determinações institucionais e estruturais contribui para a permanência dessas mulheres na casa de acolhimento, prolongando situações de vulnerabilidade social. Tal cenário expressa os mecanismos da reprodução social do cuidado, nos quais a responsabilização quase exclusiva das mulheres pelo trabalho reprodutivo, especialmente o cuidado com as crianças, restringe sua autonomia econômica e sua plena inserção no mercado de trabalho, conforme discutem autoras do campo do feminismo marxista.

À luz dessas determinações estruturais, torna-se fundamental analisar como tais condicionantes se materializam no cotidiano das mulheres migrantes e refugiadas acolhidas, a partir de suas próprias narrativas e experiências vividas. Os resultados apresentados no estudo evidenciam que as restrições à inserção laboral, articuladas à centralidade do cuidado e às exigências institucionais, não operam apenas como entraves formais, mas produzem impactos subjetivos, afetivos e relacionais que atravessam o processo de acolhimento e de construção de autonomia.

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Essa pesquisa buscou compreender como a maternidade e o vínculo materno operam como formas de resistência nas vivências de mulheres migrantes e refugiadas em contextos de desigualdade social. Os relatos coletados revelam que o fenômeno migratório ultrapassa o mero deslocamento geográfico, configurando-se como uma experiência subjetiva, política e profundamente transformadora. Ao analisar essas trajetórias, torna-se evidente a resistência que atravessa cada uma dessas mulheres, expressa na decisão de migrar como estratégia de enfrentamento e na busca por melhores condições de vida.

A partir do conhecimento construído durante as rodas de conversa, para as participantes, a maternidade não aparece como um aspecto secundário de suas trajetórias



migratórias, mas como o eixo estruturante da decisão de migrar, da forma como migram e da maneira como resistem cotidianamente às múltiplas violências que atravessam suas vidas. O vínculo materno, marcado pela dor da separação, pela culpa socialmente construída, pela responsabilidade integral, pelo cuidado e pela luta diária pela sobrevivência dos filhos, transforma-se em um espaço de elaboração subjetiva e política. Ao buscar garantir a saúde, a alimentação, a segurança e o futuro dos filhos, essas mulheres se confrontam diretamente com os limites impostos pelo Estado, pelo mercado de trabalho e pelas normas sociais que naturalizam a sobrecarga feminina.

Nesse sentido, diante dos resultados e das discussões empreendidas, este estudo contribui para a compreensão da migração feminina ao evidenciar a centralidade da interseccionalidade entre gênero, classe e raça/etnia na constituição das trajetórias das mulheres migrantes. A feminização das migrações, portanto, não se limita a um fenômeno quantitativo, mas revela transformações estruturais nas motivações, nas formas de inserção social e nas estratégias de resistência dessas mulheres. Tais achados reforçam a urgência de políticas públicas voltadas à família, especialmente aquelas que garantam o cuidado integral às crianças e adolescentes migrantes, deslocando a responsabilização exclusiva das mulheres pelo trabalho reprodutivo e pelo cuidado cotidiano.

Por fim, torna-se fundamental a formulação e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à inserção laboral de pessoas migrantes, de modo que não sejam compelidas a aceitar trabalhos precários, desvalorizados e mal remunerados, frequentemente apresentados como únicas possibilidades de sobrevivência. A garantia de condições equitativas de acesso ao trabalho permitiria que homens e mulheres migrantes pudessem buscar ocupações mais dignas, rompendo com a lógica que naturaliza a exploração e aprofunda as desigualdades de gênero, classe e raça/etnia.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. Migração Transnacional e Refúgio: A rota de passagem por Mato Grosso do Sul. In: **Migrações, Fronteiras e Refúgio: Mato Grosso do Sul na rota das migrações transnacionais**. Campo Grande: UCDB, cap. 1, p. 25-46. 2017.

ALMEIDA, L. P. de; MAIA, S. F. Saúde de mulheres migrantes e refugiadas em Mato Grosso do Sul/Brasil. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**. v. 14, p. 230-246, 2025.
<https://www.unilim.fr/trahs/6969>

ASSIS, G. Mulheres migrantes no passado e Mulheres migrantes no presente: gênero no presente: gênero, redes sociais, redes sociais e migração internacional e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-772, 2007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/pTknVwR7jtGFHsPfyV5Mk7x/?format=pdf&lang=pt>

CARISSIMI, F. S. de O; ALMEIDA, L. P. de; MORAIS, E. L; PIOTTO, I. R; FERREIRA, T. Q.



B. C. Feminização dos fluxos migratórios e os desafios para as políticas públicas voltadas para a população migrante, refugiada e apátrida no Brasil. In: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental, 5., 2024, Londrina. **Anais eletrônicos** [...] Londrina, 2024, e3531. Disponível em:

<https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3531/3594>

CARISSIMI, F.S. de O; ALMEIDA, L.P. de. Migração e refúgio como determinantes sociais face aos direitos humanos e de saúde. IN: ALMEIDA, L. P. de; CARISSIMI, F. S. de O.

(org). **Expressões acadêmicas e diálogos sobre migração, refúgio e políticas sociais: interlocuções em Direitos Humanos**. São Paulo: Pimenta Cultural, UCDB, 2024, cap. 13, p. 294-315.

CARPENEDO, M; NARDI, H. Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Londres. **Cadernos Pagu**, v. 49, p. 80-114, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/sWtQZvFCJkFk54xKG5p3TVD/abstract/?lang=pt>

CISNE, M; FALQUET, J. Economia política sob uma análise feminista-materialista: a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 425–440, 2020. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/38003>

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DORNELAS, P. D; RIBEIRO, G. N. Mulheres Migrantes: invisibilidade, direito à nacionalidade e a interseccionalidade nas políticas públicas. **O social em questão**, Ano XXI, n. 41, p.247-264, maio/ago.2018. Disponível em:

https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_41_art_11_Dornelas_Ribeiro.pdf

DORNELAS, P. D. **“Tanto por ser mulher, quanto por ser estrangeira”: lutas por reconhecimento e formas de resistência de mulheres migrantes no Brasil**.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Brasil, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/bitstreams/9b9d847d-da7f-4325-919a-dd97ce204326/download>

DORNELAS, P. D. “Minha família é minha filha”: cuidados, gênero e maternidade nas trajetórias de mulheres migrantes no Brasil. PERIPLOS. **Revista de Investigación sobre Migraciones**, v. 6 n. 2, p. 102-131, 2022. Disponível em:

https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/download/42218/34497/138011

FAERMANN, L. A. A pesquisa participante: Suas contribuições no âmbito das ciências sociais. **Revista Ciências Humanas**, v.7, n. 1. 2014. Recuperado de

<https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/121>

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. de. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2023.

FRASER, N. Contradictions of capital and care. **New Left Review**. v. 100, p. 99-117, 2016. Disponível em:

<https://newleftreview.org/issues/ii100/articles/nancy-fraser-contradictions-of-capital-and-care>



JUNGER DA SILVA, G; CAVALCANTI, L; DE OLIVEIRA, A. T. R. Refúgio em Números 10ª Edição. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2025. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2025/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros/Relato%CC%81rio_Refu%CC%81gio_em_Nu%CC%81meros_10%C2%AAedpdf.pdf

HOOKS, B. **Teoria feminista: da margem ao centro**. - 1. ed. - São Paulo : Perspectiva, 2019.

HOOKS, B. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2021.

MAGIOLINO, L; SILVA, D; MAHEIRIE, K. Educação estética. **Cad. Cedes**, v. 44, n. 124, p.263-267. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/P9C78cDbTHspSB7TPDkdrPD/?format=pdf&lang=pt>

MARQUES, E. M; SOUZA, T. M. C. Desigualdades Socioeconômicas Enfrentadas por Mulheres Migrantes e Refugiadas Venezuelanas no Brasil. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 6, n. 12, p. 52-67, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/pretextos/article/view/28317>

MOURA, S. M. S. R. de; ARAÚJO, M. de F. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 24 n. 1, p. 44-55, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/3sCV35wjck8XzbyhMWnhrzG/>

OLIVEIRA, M. M. de. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. São Carlos: Editora Scienza, 2016.

OLIVEIRA, V. L. de A. **Mulheres migrantes: trajetórias de venezuelanas em Boa Vista - RR**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, Boa Vista - RR, 2020.

QUADROS, L. F. de S. **Afetos em movimento: a arte como ferramenta de expressão e emancipação de mulheres migrantes e refugiadas acolhidas no centro de apoio ao migrante (CEDAMI) em Campo Grande - MS**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS, 2025.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SIMÕES, G. da F. Venezuelanos em Roraima: características e perfis da migração venezuelana para o Brasil. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=fa9065e2-c184-5655-0c04-1381156aca09&groupId=265553

ZANELLA, A; REIS, A; CAMARGO, D; MAHEIRIE, K; FRANÇA, K; ROS, S. Movimento de objetivação e subjetivação mediado pela criação artística. **PsicoUSF**, v. 10, n. 2, p. 191-199. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712005000200011&lng=pt&tlng=pt.